



CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS

Arquivo Público Vereador Ivan José Lopes

ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DE MONTES CLAROS

FLASH

6856

Presidente da Mesa Diretora: Coriolando da Soledade Ribeiro Afonso

Espécie: Projeto de lei

Categoria: Utilidade Pública

Autoria: Guilherme Dias Ramos

Data: 07/08/2007

Descrição Sumária: PROJETO DE LEI Nº 212/2007. Concede o título declaratório de utilidade pública ao “Centro Cultural Capoeirando”. (Referente à Lei nº 3.782, de 16/08/2007).

Controle Interno – Caixa: 25.7 **Posição:** 17 **Número de folhas:** 05

Espécie: PL
Categoria: Utilidade Pública
Cl: 25.7
Ordem: 17
nº fls: 25



94/2007
14.08.2007

Câmara Municipal de Montes Claros

PROJETO DE LEI Nº 212 /2007

AUTOR:

Ver. Guilherme Dias Ramos

ASSUNTO:

Concede Título Declaratório de Utilidade Pública Municipal ao Centro Cultural
Capoeirando

MOVIMENTO

- 1 - Entrada em - 07/08/2007
- 2 - Comissão de Legislação e Justiça
- 3 - *APROVADO EM REGIME DE URGÊNCIA*
- 4 - *em 14.08.2007*
- 5 -
- 6 -
- 7 -
- 8 -
- 9 -
- 10 -



Câmara Municipal de Montes Claros

Vereador Guilherme Dias Ramos - Guila

as Comissões
de 08/08/07
C.R.

PROJETO DE LEI Nº 212 2007

CONCEDE TÍTULO DECLARATÓRIO DE UTILIDADE PÚBLICA

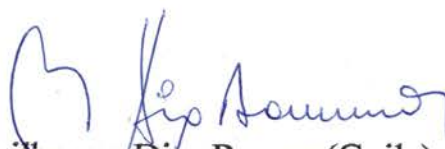
A Câmara Municipal de Montes Claros, Estado de Minas Gerais aprova e eu, Prefeito Municipal, em seu nome, sanciono a seguinte Lei:

Artigo 1º - Fica considerada de Utilidade Pública Municipal a entidade civil legalmente constituída, sem fins lucrativos, sob a denominação de **CENTRO CULTURAL CAPOEIRANDO**, inscrita no CNPJ **04.926.361/0001-14**, com sede nesta cidade, na Rua Senador Teotônio Vilela nº 270 na Vila Regina, Montes Claros – MG.

Artigo 2º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Sala de Reuniões da Câmara Municipal de Montes Claros / MG, 01 de Agosto de 2007.


Guilherme Dias Ramos (Guila)
Vereador







CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS

ASSESSORIA LEGISLATIVA

PARECER SOBRE PROJETO DE LEI Nº 212/2007 QUE “Concede Título Declaratório de Utilidade Pública Municipal ao Centro Cultural Capoeirando”, de autoria do Vereador Guilherme Dias Ramos.

Projeto de Lei enviado à Assessoria Legislativa da Câmara Municipal de Montes Claros –MG, para análise de sua constitucionalidade, legalidade e forma técnica de redação.


Não se reconhece nenhum vício de iniciativa no projeto ou mesmo em seu objetivo, até porque tanto a Constituição Federal quanto a Lei Orgânica Municipal permitem que o Município legisle sobre assunto de seu interesse, como no presente caso.

O projeto em questão, bem como a entidade mencionada, conforme documentação juntada, preenchem os requisitos legais exigidos.

Assim sendo, somos de parecer que o projeto em questão é constitucional e legal e atende à forma técnica de redação.

É o parecer, sob censura.

Montes Claros, 09 de agosto de 2007.


Luciano Barbosa Braga
Assessor Legislativo
OAB/MG 78.605



Câmara Municipal de Montes Claros - MG

SALA DAS COMISSÕES COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO

PARECER SOBRE PROJETO DE LEI Nº 212/2007

AUTOR: Ver. Guilherme Dias Ramos

MATÉRIA: “Concede Título Declaratório de Utilidade Pública Municipal ao Centro Cultural Capoeirando”

I- RELATÓRIO

O Projeto de Lei nº 212 /2007, de autoria da Vereador Guilherme Dias Ramos “Concede Título Declaratório de Utilidade Pública Municipal ao Centro Cultural Capoeirando”

A proposição foi distribuída à Comissão de Legislação, Justiça e Redação em 07/08/2007, com entrada na Sala das Comissões no dia 09/08/2007.

Compete a esta Comissão, nos termos regimentais, emitir parecer sobre a legalidade, constitucionalidade e forma técnica de redação do projeto.

II – FUNDAMENTAÇÃO

O presente projeto tem como objetivo declarar de utilidade pública municipal o “Centro Cultural Capoeirando” localizado na Rua Senador Teotônio Vilela, nº 270, na Vila Regina.

Como foi juntada a documentação exigida e não há vício de iniciativa, esta Comissão entende que a referida proposição, não fere normas legais e ou constitucionais.

III – CONCLUSÃO

Pelo exposto, esta Comissão, conclui pela legalidade e constitucionalidade do referido Projeto de Lei e que o mesmo atende à forma técnica de Redação.

Sala das Comissões, 09 de agosto de 2007.

Presidente -Ver. Sebastião Ildeu Maia:

Vice-Presidente- Ver. Ademar de Barros Bicalho:

Relator- Ver. Rosenberg dos Anjos Medeiros